

ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

- 1 -----**SESSÃO ORDINÁRIA** -----  
2 -----**REUNIÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2014** -----  
3 -----**ATA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E CATORZE** -----  
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----  
5 - **Presidente** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
6 - **Primeiro Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha; -----  
7 - **Segundo Secretário** – Vanda Ferreira Nunes Laura -----  
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----  
9 - Luis Francisco Campos Silva; -----  
10 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----  
11 - Dina Maria Ribeiro Maurício; -----  
12 - José Victor Ribeiro Silva; -----  
13 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----  
14 - José Pires; -----  
15 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----  
16 - Maria Helena Rebelo Santos; -----  
17 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----  
18 - António Fernando Lopes; -----  
19 - Francisco Henriques Ferreira; -----  
20 - Luis Manuel Biscaia Almeida; -----  
21 - Rui Leonel Abrantes Ferreira da Cunha; -----  
22 - Vitória Maria Cardoso Pereira; -----  
23 - Mário Rui Nascimento Nunes; -----  
24 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
25 - Maria de Fátima Figueiredo Viola Santos; -----  
26 - José Henrique Silva Santos; -----  
27 - Dennis Pereira Gamelas; -----  
28 - Joaquim Marcos Rodrigues Henriques; -----  
29 - José Alberto Simões Rocha; -----  
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano  
31 Júnior; -----  
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --  
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----  
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----  
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --  
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira; -----  
37 - O senhor vice-presidente Nuno Manuel Mota Silva; -----  
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos; -----  
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----  
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----  
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----  
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra; -----  
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

44 - Chefe da divisão do potencial humano e assuntos jurídicos Paulo António Pardal  
45 Dias Jorge; -----  
46 - Chefe da divisão de obras e planeamento, águas e ambiente Maria Antónia Palma  
47 Vargas;-----  
48 - Chefe da divisão financeira e Administrativa Regina Paula Jesus Aires; -----  
49 -----Pelos 21:25 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou  
50 a sessão aberta. -----  
51 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----  
52 -----ATA 07/2013: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria  
53 com vinte e um votos a favor e três abstenções aprovar a ata n.º 07/2013, da reunião de  
54 30 de dezembro de 2013. -----  
55 -----ATA 01/2014: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria  
56 com vinte e um votos a favor e três abstenções aprovar a ata n.º 01/2014, da reunião de  
57 10 de janeiro de 2014.-----  
58 -----PRESENCAS: Pelas 21.30 horas compareceu a senhora D. Fernanda  
59 Mateus. -- -----  
60 -----EXPEDIENTE: O senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia leu  
61 o expediente entrado na secretaria da Assembleia Municipal desde a última sessão  
62 ordinária. -----  
63 -----MOÇÃO: Foi presente a seguinte moção do grupo municipal do PS: “A  
64 Assembleia Municipal do Bombarral, reunida em sessão ordinária no dia  
65 27/02/2014, vem repudiar a desastrosa decisão do Governo, aprovada  
66 recentemente em Conselho de Ministros, de encerrar o Tribunal Judicial do  
67 Bombarral. Trata-se de uma decisão desastrosa, porque retira aos cidadãos do  
68 concelho do Bombarral o direito, constitucionalmente garantido, de acesso à justiça,  
69 uma vez que estes, para que possam exercer tal direito, terão de passar a deslocar-  
70 se aos concelhos de Caldas da Rainha, Alcobaça e Leiria, os quais distam mais de  
71 20, 45 e 70 quilómetros, respectivamente. Sendo que, no caso de Alcobaça e Leiria,  
72 não existe qualquer transporte público, que partindo do Bombarral, permita o acesso  
73 àquelas cidades no período da manhã. Deste modo, a distância, será um factor  
74 dissuasor para os cidadãos do nosso concelho de acederem à Justiça que lhes é  
75 devida. Tal medida constitui por isso, uma enorme atrocidade para os cidadãos  
76 deste concelho e um grave retrocesso civilizacional! Por isso, considera esta  
77 Assembleia que tudo deve ser feito para impedir que o encerramento do Tribunal do  
78 Bombarral se transforme em realidade. Nesse sentido, recomendamos ao Sr.  
79 Presidente da Câmara que, na sequência da deliberação aprovada em Sessão de  
80 Câmara no passado dia 19/02/2014, interponha rapidamente nos Tribunais  
81 competentes, em nome do Município, uma providência cautelar destinada a impedir  
82 o encerramento do Tribunal e a entrada em vigor do diploma que prevê tal situação.  
83 Assim como, interponha uma acção de indemnização contra o Estado Português,  
84 destinada a ressarcir o Município do Bombarral pelos prejuízos que sofrerá em  
85 consequência de tal encerramento. Por outro lado, recomendamos ainda que, pelo  
86 Sr. Presidente da Câmara seja peticionada, com carácter de urgência, à Comissão

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

87 da Assembleia da República de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e  
88 Garantias, uma audição parlamentar, cujo assunto será o encerramento dos  
89 Tribunais em consequência da entrada em vigor da Nova Lei Orgânica dos Tribunais  
90 Judiciais e seus diplomas regulamentares. Desta Moção deverá ser dado imediato  
91 conhecimento ao Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios  
92 Portugueses, bem como, a todos os Municípios, em cujas áreas respectivas esteja  
93 previsto o encerramento dos respectivos Tribunais, a fim dos mesmos, juntando-se  
94 ao Município do Bombarral, dirigirem idêntica petição à supra referida Comissão da  
95 Assembleia da República, para que, decidindo a mesma, conforme se espera, levar  
96 a cabo tal audição, nesta participem os referidos Municípios, assim como, a Direção  
97 da A.N.M.P. que a todos representa, por forma a ser desencadeada uma jornada de  
98 luta, que tenha como um dos seus pontos altos a deslocação à Assembleia da  
99 República de todos os autarcas pertencentes a estes órgãos. Desta Moção deverá  
100 ainda ser dado conhecimento, ao Sr. Presidente da Delegação da Ordem dos  
101 Advogados no Bombarral, Sra. Bastonária da Ordem dos Advogados, Sr. Presidente  
102 do Conselho Superior da Magistratura, Sr. Presidente do Conselho Superior do  
103 Ministério Público, Sr. Presidente da Oestecim, Sra. Ministra da Justiça, Sr.  
104 Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos  
105 com assento na Assembleia da República, Sr. Presidente da Comissão da  
106 Assembleia da República de Direitos, Liberdades e Garantias, Sra. Presidente da  
107 Assembleia da República, Sr. Presidente da República. Esta Moção deverá  
108 igualmente ser divulgada a todos os órgãos de comunicação social local, regional e  
109 nacional e ser publicada no Portal electrónico da Autarquia.” -----  
110 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que os requisitos desta moção são  
111 sobejamente conhecidos e todos comungam dos prejuízos que o encerramento do  
112 tribunal vai causar no concelho. Esta moção fica aberta à subscrição de todos. Este  
113 é mais um esforço para tentar que o tribunal do Bombarral não encerre. -----  
114 -----Esta moção foi subscrita por todos os grupos municipais. -----  
115 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a moção supra  
116 transcrita. -----  
117 -----MOÇÃO: Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte  
118 moção apresentada pelo grupo municipal da CDU: “considerando que: os serviços  
119 de gestão de resíduos urbanos foram, desde 1976 a 1993, uma responsabilidade  
120 exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada e  
121 assegurada pelas autarquias locais e pelos seus órgãos democraticamente eleitos;  
122 estes serviços inseriam-se, inserem-se e devem continuar a inserir-se num  
123 movimento geral de democratização da sociedade portuguesa e no reconhecimento  
124 de que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui  
125 para o enriquecimento da democracia; a adesão dos Municípios ao sistema  
126 multimunicipal tinha como pressuposto a manutenção da natureza pública dos bens;  
127 a alienação das participações públicas do Estado na sociedade com a venda da  
128 EGF a privados abre a concessão multimunicipal à participação maioritária de  
129 entidades privadas, subvertendo as condições que levaram os Municípios a aceitar

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

130 integrarem os SMM. A Assembleia Municipal do Bombarral reunida em 27.02.2014  
131 delibera:-- -----

- 132 1. Rejeitar o processo de privatização da EGF; -----
- 133 2. Exortar o Município a adoptar todas as medidas para preservar no domínio  
134 público a competência do tratamento de resíduos sólidos urbanos; -----
- 135 3. Manifestar aos grupos parlamentares e ao governo a sua profunda discordância  
136 com esta lei por destruir os serviços públicos e exigir que se adoptem as medidas  
137 legislativas necessárias à manutenção destes serviços na esfera pública.” -----

138 -----O senhor José Victor Silva (PS) solicitou informação sobre os elementos  
139 que pediu na última sessão da Assembleia Municipal – listagem de ajudas de custo  
140 pagas a membros da Assembleia Municipal no último mandato, cópia integral do  
141 email do Dr. Nuno Pinto Faria sobre o concurso para técnico superior jurista e  
142 receitas e número de utentes da piscina desde 2009. Pede que se cumpra o  
143 regulamentado para fornecimento de informações aos membros da Assembleia  
144 Municipal. -----

145 -----O senhor Paulo Patrício, no exercício da presidência, disse que estas  
146 informações serão dadas em breve pelo senhor Presidente da Assembleia  
147 Municipal. -----

148 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) solicitou informação sobre o ponto de  
149 situação do espaço internet, gradeamento da Rua Forno da Telha, Amigo Fiel e dos  
150 armazéns municipais, assim como se existe alguma solução ou estudo para a Rua  
151 do Comércio e solução técnica para os separadores da Praça do Município.  
152 Assusta-o o estado do nosso edificado citando os casos da Rua Luis de Camões e  
153 da Rua Professor Moura no Carvalhal. Em relação às cheias, disse que as mesmas  
154 criaram alguns problemas no nosso concelho, nomeadamente na estrada nacional 8  
155 que quando chove fica intransitável. Considerou que a Câmara Municipal tem que  
156 fazer sentir esta situação às Estradas de Portugal. No loteamento dos Babelos  
157 sabem que já houve melhorias mas o problema persiste e não é de fácil resolução,  
158 mas a obra tem de ser feita. Numa situação destas a areia tem de ser colocada em  
159 sacos e a responsável da protecção civil devia saber disso. Alertou que a primavera  
160 vem aí e quer ver a central de massas asfálticas a trabalhar com força para tapar  
161 buracos.-- -----

162 -----O senhor José Alberto Rocha (PS) efectuou a seguinte intervenção: “O  
163 PS deseja sublinhar que se congratula com o facto do concelho do Bombarral ter  
164 sido eleito pela Sky Towers - Actividades de Lazer, Lda, para aqui implementar o  
165 importante investimento que constituirá o futuro Parque de diversões Temático.  
166 Ciente da importância deste investimento e envolvido que está para que o  
167 investimento se torne uma realidade, o PS no âmbito da primeira sessão do  
168 Laboratório de Ideias para o Bombarral (L.I.B.), sessões abertas a todos os  
169 quadrantes políticos e a todos os Cidadãos do Bombarral que desejem participar,  
170 escolheu o tema do Parque Temático, numa manifesta atitude pró-activa para que,  
171 pela disseminação da informação do projecto e das legítimas questões que os  
172 Cidadãos do Bombarral possam manifestar, contribua para que o investimento se

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

173 concretize. Presente o arquitecto Manuel Remédios, sócio-gerente da empresa  
174 promotora do projecto, teve a ocasião para apresentar o “*layout*”, a forma como este  
175 se adapta à geomorfologia do terreno, e num vivo e proveitoso debate, prestando  
176 esclarecimentos sobre os diversos aspectos relacionados com o investimento.  
177 Aspectos como as acessibilidades, a sustentabilidade financeira, ambiental e  
178 energética do investimento; o modo de funcionamento do parque temático; a  
179 promoção e atracção de visitantes e turistas; o impacto social e económico no  
180 concelho e na região e da necessidade de estabelecer interacções locais e  
181 regionais! Três aspectos distintos, porém complementares, resultaram claros e  
182 prementes desta primeira sessão do L.I.B.: a) O Parque Temático irá criar uma  
183 importante dinâmica de oportunidades de negócio, de postos de trabalho, e de  
184 receitas para o Município, constituindo uma importante âncora para o  
185 desenvolvimento do Concelho do Bombarral; b) Esta âncora “per si” não será  
186 suficiente para dinamizar a Vila do Bombarral, pelo que urge elaborar um Plano  
187 Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o Concelho, que estabeleça uma  
188 metodologia de complementaridade entre o Parque Temático, os recursos turísticos  
189 do concelho e o lançamento de novos projectos concelhios em articulação com a  
190 região, recorrendo e beneficiando ao financiamento do novo Quadro Comunitário de  
191 Apoio 2014-2020 (QCA2020); pelo que é urgente que a Câmara Municipal  
192 ultrapasse o imobilismo e a inércia que se encontram expressos nas Grandes  
193 Opções do Plano e Orçamento, deste ano, 2014; c) Finalmente o aspecto mais  
194 angustiante, este projecto de investimento teve a sua iniciativa há 5 anos e está por  
195 aprovar! Esta indefinição tem naturalmente consequências para os investidores,  
196 ficou bem patente que a atitude passiva e de inércia por parte da Câmara Municipal,  
197 comprovado pelo facto de apesar de ter consciência da importância do Estudo de  
198 Impacto Ambiental para permitir a alteração ao uso do solo, não o antecipou,  
199 obrigando os Promotores do Projecto a substituírem-se à entidade a quem compete  
200 o ordenamento do território, ou seja à Câmara Municipal! Exige-se, a bem dos  
201 Cidadãos do Bombarral e do próprio futuro do Bombarral enquanto concelho, que a  
202 Câmara Municipal passe a ter uma atitude mais activa e acolhedora para o  
203 investimento, até porque não terá falta de recursos humanos, já que “investiu” mais  
204 de 300.000 euros/ano na Vereação! A Bombeiro, associamos de imediato o  
205 combate aos incêndios; estes podem ter origem em zonas florestais ou urbanos;  
206 sabendo que existe uma força operacional com meios apropriados e pessoas  
207 motivadas para enfrentarem os perigos de morte para os quais o comum do  
208 Cidadão não está preparado para enfrentar e que evitam que incidentes com fogo  
209 se transformem em tragédias, destruindo num ápice os bens de uma vida de  
210 trabalho, sentimo-nos seguros! Só por isto já lhe reconhecemos importância e  
211 bravura! E se não existirem nem os meios apropriados nem as pessoas motivadas?  
212 Porém Bombeiro não é apenas sinónimo de combate ao fogo! É sinónimo de auxílio  
213 em caso de sinistro, de acidente, de doença súbita, de solidariedade! É sinónimo de  
214 associativismo, de tradição de cultura de identidade e de inclusão social! E se os  
215 Bombeiros não tiverem os meios para nos assegurarem toda esta confiança e

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

216 segurança? Bens perdem-se, Pessoas morrem! Se dúvidas houvesse sobre a  
217 importância dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, acredito que as dúvidas  
218 ficaram dissipadas, todos necessitamos e queremos os Bombeiros Voluntários do  
219 Bombarral! Não será demais lembrar dos ataques do Governo PSD/CDS aos  
220 bombeiros voluntários pela proposta de desregular e reduzir o preço pelo  
221 transporte de doentes, ao propor para sejam transportados em qualquer tipo de  
222 carros, o que poria uma ambulância e com dois tripulantes em concorrência com os  
223 táxis; excluindo a principal fonte de receitas das corporações de bombeiros e  
224 consequentemente à extinção das próprias Associações de Bombeiros. Este é o  
225 mesmo Governo que está a encerrar e concentrar especialidades hospitalares e  
226 hospitais, colocando o ónus nos Bombeiros para efectuarem o transporte de  
227 doentes. Não existindo bombeiros os doentes graves, os acidentados os  
228 moribundos, que apanhem um táxi! A coligação PSD/CDS que preside aos destinos  
229 da Câmara Municipal do Bombarral tem vindo a dar o seu importante contributo para  
230 a extinção dos Bombeiros: não paga a dívida que tem para com a Associação  
231 Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral a qual já ascende a mais de  
232 100.000 euros. Criou aquilo a que se costuma designar como a “tempestade  
233 perfeita”, e depois, eventualmente, o senhor Presidente da Câmara admirou-se com  
234 a necessidade da Associação Humanitária dos Bombeiros do Bombarral, terem feito  
235 uma carta “aberta” a comunicar do perigo eminente de ficarem sem meios para  
236 cumprir com o seu dever, isto após um ano de pagamentos em atraso e dos  
237 inúmeros contactos pessoais estabelecidos. Compreenda o senhor Presidente que  
238 os Bombeiros não são uma divisão da Câmara, eles estão ao serviço dos Cidadãos  
239 do concelho do Bombarral, pelo que confrontados de ficarem impedidos de cumprir  
240 a sua missão, estão obrigados a dar público conhecimento desta realidade! Afirmou  
241 o senhor Presidente, na reunião de Câmara do passado 29 de janeiro, que mantém  
242 a sua postura de total entrega para com a associação (...) que estão em  
243 conversação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários (A.H.B.V.) e  
244 certamente chegarão a bom porto. Apresentaram um plano de recuperação da  
245 dívida que lhe parece ter sido aceite, mas em simultâneo colocam em cima da mesa  
246 algum ajustamento aos protocolos. São três afirmações que importa “desconstruir”,  
247 a primeira falaciosa, porque “postura total de entrega” não é compatível com o  
248 elevado e reiterado montante de dívida em atraso! Oxalá esta entrega total não seja  
249 repetida relativamente ao investimento do Parque Temático! A segunda,  
250 “certamente chegarão a bom porto” necessita ser esta Assembleia Municipal, por já  
251 se ter passado um mês desde a data da reunião da Câmara, ser esclarecida se já  
252 celebrou acordo de pagamento com a A.H.B.V. e já iniciou pagamento da dívida? A  
253 terceira afirmação: “em simultâneo colocam em cima da mesa algum ajustamento  
254 aos protocolos” denuncia chantagem, falsidade, e o reforço da convicção de que o  
255 Senhor Presidente tem intenções pouco claras para com o futuro dos Bombeiros do  
256 Bombarral! Chantagem, porque quem deve não impõe condições, ao invés deverá  
257 obter a benevolência do credor para o isentar de juros compensatórios e permitir o  
258 pagamento faseado. Falsidade porque não é possível afirmar simultaneamente

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

259 “postura total de entrega” e ao mesmo tempo estar a exigir em simultâneo o  
260 ajustamento dos protocolos! Intenções pouco claras, desde logo porque não deram  
261 conhecimento dos ajustes que pretende nos protocolos; pouco claras porque  
262 indiciam que terá a intenção de reduzir os montantes dos protocolos, sob a  
263 chantagem de protelar ou quiçá inviabilizar o pagamento da elevada dívida! É  
264 urgente que o senhor Presidente da Câmara, esclareça esta Assembleia Municipal e  
265 os Cidadãos do Bombarral se a escolha política deste Executivo PSD/CDS, é a  
266 extinção/redução dos montantes que são devidos aos Bombeiros pelos serviços que  
267 estes prestam, os quais estão em protocolo, e cujo montante anual ascende a cerca  
268 de 100.000 euros, pela opção gestionária de ter uma Vereação, cuja despesa anual  
269 é superior a 300.000 euros! Para reflexão das forças políticas presentes nesta A.M.  
270 e dos Cidadãos do Bombarral, coloca-se a questão: está o Senhor Presidente da  
271 Câmara mandatado para “extinguir” uma Associação Humanitária mais antiga do  
272 que o próprio Concelho, desejada por todos e que presta um serviço imprescindível  
273 à Comunidade?” -----

274 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que já sabem há algum tempo que  
275 este executivo tem feito alguma discriminação dos trabalhadores pela sua cor  
276 política, o que não sabiam é que havia discriminação relativamente aos técnicos  
277 superiores. Tanto quanto sabem a técnica superior Cidália Santos foi substituída por  
278 um novo chefe de divisão e teve de ceder o seu gabinete, algo que não sucedeu  
279 com o ex-chefe de divisão de obras particulares e planeamento urbanístico Jorge  
280 Jerónimo que manteve o seu gabinete, enquanto que a sua substituta, arqt. Márcia  
281 Carvalho, tem de receber os munícipes num espaço que é ocupado por outros  
282 colaboradores da autarquia. Pergunta qual a razão desta incongruência. -----

283 -----O senhor Presidente da Câmara, respondendo ao senhor Samuel  
284 Carvalho, disse que não tem sido fácil arranjar uma alternativa para a localização do  
285 espaço internet, porque além do espaço terá que ir pessoal para garantir o  
286 respectivo funcionamento. Sobre o armazém municipal disse que o senhor vice-  
287 presidente está a providenciar a melhoria do espaço. No tocante à associação  
288 Amigo Fiel disse que tem havido uma participação muito importante da Junta de  
289 Freguesia da Roliça e tem uma pessoa que vai doar terreno para implantar o novo  
290 espaço de acolhimento dos animais. Relativamente ao edificado em ruínas  
291 reconheceu que a situação da Rua Luis de Camões é periclitante, pelo que tinham  
292 que sinalizar o espaço e estão a notificar os proprietários. Também no Carvalhal já  
293 houve reuniões com os proprietários do espaço. Sobre as cheias disse que já foi  
294 feita alguma coisa para minimizar o impacto das mesmas nos Baceiros, mas não têm  
295 o dom de travar a natureza. Estão já com algumas soluções na manga. Quanto à  
296 estrada nacional 8 disse que está no âmbito da Estradas de Portugal que já  
297 sinalizaram o caso. Esta situação estende-se às Águas do Oeste tendo reunido com  
298 o eng. Arménio a quem alertou para o estado calamitoso de algumas estradas. Foi  
299 informado que a empresa que fez a obra para as Águas do Oeste partiu para a  
300 insolvência pelo que pediu que fossem accionadas as garantias. Sobre a central de  
301 massas asfálticas não percebe o porquê do tom irónico. A Câmara Municipal

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

302 comprou o que lhe fazia falta e assim que o tempo o permita será transferida e  
303 colocada no sítio adequado para fazerem os trabalhos necessários. Sobre a  
304 intervenção relativa ao parque temático disse que o projecto está em andamento  
305 havendo uma forte interligação entre os investidores e a Câmara Municipal. Tem  
306 informação que a parte financeira está orientada. Receberam mais peças  
307 processuais, a avaliação do ruído está a decorrer e a avaliação ambiental  
308 estratégica está na fase de conclusão. Nunca viu o investimento em risco porque o  
309 passo foi marcado pelos investidores. Estão a desenvolver um plano turístico em  
310 conjunto com os investidores, que oportunamente será discutido no executivo. O  
311 que o senhor José Alberto Rocha disse e o que se diz nos bastidores nem sempre é  
312 abonatório para o investimento. Todos sabem quem deita pedras na engrenagem  
313 deste processo. Quanto á Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários  
314 lamentou que esta situação esteja no Noticias do Bombarral sem que tenha havido  
315 direito ao desmentido. Referiu que no anterior mandato forma pagos € 404.577,62 a  
316 esta associação, enquanto que no mandato do senhor Luis Duarte foram pagos €  
317 154.900 e apenas nos últimos dois anos do terceiro mandato do senhor  
318 Albuquerque Álvaro foram pagos € 242.557,23. Reconheceu que a dívida à  
319 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários é pesada mas é uma instituição  
320 que merece o maior respeito, mas a situação do Municipio não tem permitido ir mais  
321 além, lembrando que a Câmara Municipal tem sofrido cortes acentuados impostos  
322 pelo governo, pelo que ponderaram fazer um ligeiro corte neste enorme esforço,  
323 mas consideram esta a última instituição a sofrer cortes. Pretendiam cortar € 20.000  
324 mas isso inviabilizaria serviços muito importantes pelo que recuaram. Concerteza  
325 que vão pagar o valor em dívida, estando certo que a associação vai compreender o  
326 plano de pagamentos apresentado. Quanto à discriminação de trabalhadores  
327 elencada pelo senhor José Victor Silva, disse pensar que a mesma é criada por  
328 alguém que tem o máximo interesse em criar instabilidade entre o executivo e os  
329 trabalhadores. O arquitecto Jorge Jerónimo mantém o gabinete por decisão pontual  
330 do Presidente da Câmara porque está a tratar do importantíssimo parque temático.  
331 Concorda que a arquitecta Márcia Carvalho deve ter um espaço com privacidade e  
332 isso está a ser tratado. -----  
333 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou se rum problema técnico a  
334 questão dos separadores na Praça do Municipio e a Câmara Municipal tem técnicos  
335 e as contas para dimensionar as sapatas e os parafusos são fáceis de fazer. Há  
336 coisas mais importantes a tratar na Assembleia Municipal do que isto. Sobre o  
337 parque temático disse achar ter percebido que houve uma iniciativa aberta ao  
338 público, mas ao que sabe nada foi publicitado. Se soubesse tinha lá ido. Acha que  
339 foi algo para consumo interno e para o PS tentar saber mais alguma coisa junto dos  
340 investidores. O grande problema de algumas pessoas é colher os louros. Quanto à  
341 Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral disse ser de  
342 lamentar e vergonhosa a instrumentalização desta instituição e a tentativa de  
343 aproveitamento por parte do PS nesta situação. A boa vontade da Câmara Municipal  
344 em ajudar os bombeiros voluntários é tal que fizeram uma alteração à obra e como



## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

345 não estava protocolada a Câmara Municipal cedeu máquinas e homens e isso é  
346 contabilizável. As pessoas estão a tentar criar alguma fricção entre a Câmara  
347 Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e deviam ter mais  
348 cuidado com isso porque é uma associação demasiado séria de que todos deviam  
349 ser sócios para ajudar. Não se esquecem que nos seis anos do governo Sócrates  
350 duplicou a dívida pública e depois teve de vir o PSD pagar essa dívida pública. O PS  
351 assinou um memorando de entendimento todo armadilhado. É importante ver o que  
352 aconteceu. -----

353 -----O senhor Presidente da Câmara registou a intervenção do senhor Luis  
354 Campos que apresentou a preocupação sobre o que deve ser a regularização do  
355 trânsito na Praça do Municipio. A solução terá de passar por outra intervenção que  
356 está a preparar com os técnicos municipais. -----

357 -----**APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE  
358 MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** -----

359 -----O senhor Presidente da Câmara informou que a dívida a fornecedores é  
360 de € 2.888.651,66 e as facturas em conferência são no valor de € 52.482,29, a  
361 dívida à banca é de 2.889.564,24, pelo que a dívida total é de € 5.830.698,69 a  
362 dívida com efeitos 2015 / 2017 é de € 1.338.389,38, o que perfaz um total de €  
363 7.169.088,07. -----

364 -----O senhor José Victor Silva (PS) recordou a frase de Aristóteles “o  
365 ignorante afirma, o sábio duvida, o sensato reflecte”. Disse que neste momento a  
366 Câmara Municipal deve à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e ao  
367 Centro Social Paroquial e agora as expectativas estão goradas. O que o PSD não  
368 afirma é como é que a Câmara Municipal vai resolver o problema com estas duas  
369 entidades. É vergonhoso dizer-se que se vai cortar apoios à Associação  
370 Humanitária dos Bombeiros Voluntários quando esta Câmara Municipal fez uma  
371 opção política engordando o staff político, gastando mais de € 500.000 / ano em  
372 cargos políticos e aí não se ouve dizer que vão cortar. Hoje não ouviram o senhor  
373 Presidente da Câmara dizer que estamos numa trajectória feliz. O senhor  
374 Presidente da Câmara faz sempre comparações com o mandato anterior, mas se  
375 neste mandato que se deve e não no anterior e a verdade é que a dívida está na  
376 mesma. Lembrou que logo no início deste mandato o senhor Presidente da Câmara  
377 disse que tinha uma dívida de 14 milhões. A actual situação deve-se a políticas  
378 erradas, e a não adesão ao PAEL foi a pior decisão que a Câmara Municipal tomou.  
379 A Câmara Municipal não tem fundos disponíveis e ao longo do ano atropelou várias  
380 vezes a lei ultrapassando os fundos disponíveis em quase quatro milhões de euros.  
381 A adesão ao PAEL possibilitaria a existência de fundos disponíveis e o pagamento  
382 mais rápido aos fornecedores. O senhor Presidente da Câmara aumentou a  
383 despesa básica da Câmara Municipal por opção política e isso faz-se sentir na  
384 qualidade de vida. O senhor Presidente da Câmara continua a ter vereadores que  
385 não têm verbas para as funções que exercem. A lei dos compromissos foi  
386 gravemente atropelada, o que vai levar o executivo para a alçada do Ministério  
387 Público com penalização dos funcionários e de quem vive no Bombarral. O PS não

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

388 abdica que se cumpra a lei. Quanto ao novo quadro comunitário sabem que a  
389 OesteCIM já se reuniu com os actores locais mas desconhecem o resultado dessas  
390 reuniões. Ainda esta semana o senhor Presidente da Câmara Municipal da Nazaré  
391 anunciou que vai estar na feira Portugal On Tour em Nova Iorque, assim como nas  
392 Nações Unidas para a preservação do canhão da Nazaré. Tudo isso englobado num  
393 projecto de desenvolvimento turístico do concelho. Essa visita a Nova Iorque vai  
394 potenciar vários milhões de euros na economia local da Nazaré. Uma última palavra  
395 para a organização das comemorações do centenário do concelho, expressou  
396 agradecimento a todos os participantes lamentando que o senhor Presidente da  
397 Câmara não tenha agarrado esta oportunidade para potenciar o nosso concelho  
398 quando o governo questiona a possibilidade de extinção de alguns concelhos. Este  
399 trabalho devia ter começado há um ano para haver comemorações envolvendo a  
400 sociedade civil que culminassem numa actividade apoteótica a 29 de Junho. Mais  
401 uma vez fomos míopes. -----

402 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) citou uma intervenção do senhor  
403 presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal de dia 30 de Dezembro  
404 de 2013, dizendo que os frutos da equipa do actual executivo ainda não se viram  
405 porque a dívida continua igual. A lei diz que é um vereador a tempo inteiro para um  
406 concelho com o nosso número de habitantes, mas o senhor Presidente da Câmara  
407 não teve em problema sem ir mais além. Disse que vai citar esta intervenção em  
408 todas as sessões da Assembleia Municipal. Quanto à informação sobre a actividade  
409 municipal disse que as actividades são cada vez menos, até se chegar ao ponto em  
410 que a Câmara Municipal feche. Com o caminho desta gestão é para aí que vamos.  
411 Temos políticos de primeira e políticos de segunda – os de primeira são os  
412 profissionais que vivem da política e que recebem a 23 ou 24 de cada mês, os  
413 outros, que estão cá para melhorar o concelho, continuam a ser receber tarde. O  
414 senhor Presidente da Câmara já disse que vão ser todos tratados por igual mas  
415 continuam a não o ser. A CDU quer que todos sejam tratados por igual. O custo da  
416 vereação a tempo inteiro é muito elevada para o concelho e o trabalho é pouco e  
417 mau. Renovou o pedido de informação sobre a Rua Forno da Telha. Perguntou se o  
418 senhor Presidente da Câmara sabe quanto custa pôr a funcionar uma máquina de  
419 massas asfálticas e quantas toneladas é preciso produzir para a mesma ser  
420 rentável.-- -----

421 -----O senhor José Pires disse que é um prazer ser independente porque é  
422 um horror ouvir os dois partidos mais importantes andarem à cabeçada. Só viu isto  
423 na Nicarágua e nas Honduras. Considerou ser uma tristeza que pessoas com um  
424 nível intelectual alto não consigam dialogar. Foram gastos milhões de euros e a  
425 Câmara Municipal tem uma burocracia para justificar trabalho que não é justificável.  
426 O que se vê é uma terra endividada e em decadência. Temos mais vereadores *per*  
427 *capita* do que a Áustria, Noruega e Suécia e isso é uma irresponsabilidade total. Se  
428 o PS estivesse na coligação tínhamos dez vereadores. O que se vê aqui nunca viu  
429 na Áustria, na Noruega ou na Suécia. -----

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

430 -----O senhor Luis Biscaia (PSD) congratulou-se com o trabalho desenvolvido  
431 na redução da despesa, que é um facto. O facto é que a autarquia com todas as  
432 dificuldades está a conseguir recuperar. Com o parque temático podemos falar dos  
433 milhões que quisermos, não vendo o que foi feito na Nazaré para sabermos que vão  
434 ter milhões. Se calhar vão vender o canhão da Nazaré. O senhor José Victor Silva  
435 fê-lo lembrar dos velhos do Restelo. Enquanto o funcionamento for dizer mal é  
436 porque estamos no bom caminho. Além dos 16 anos do PSD nesta autarquia  
437 tivemos alguns anos PS que levou o país a esta situação. Lentamente também no  
438 Bombarral estamos a melhorar. Ninguém melhor do que o PS para falar de  
439 disciplina orçamental porque fez um trabalho muito bom. -----

440 -----O senhor Luis Campos (PSD) manifestou estranheza por o senhor José  
441 Victor Silva ter criticado a comissão para as comemorações do centenário do  
442 concelho, lembrando que o PS tem um representante nessa comissão e esse  
443 membro fez propostas nesse âmbito. Considerou que é pena não terem ido para lá  
444 de espírito aberto para propor o que sabem que é bom. Lembrou que o PSD  
445 governa esta Câmara Municipal há 20 anos (5 mandatos) e o povo do Bombarral  
446 elegeu três diferentes presidentes de Câmara do PSD e se assim foi é porque o  
447 PSD não fez tão mau trabalho. O PSD contraiu alguma dívida para fazer obra e têm  
448 muitas obras para apresentar. Temos ideologias diferentes e não viermos aqui  
449 debater ideias votamos por correspondência. -----

450 -----O senhor José Victor Silva (PS) em defesa da honra disse que aquilo que  
451 referiu relativamente à comissão para as comemorações do centenário do concelho  
452 é que o PS se regozija com a colaboração dos voluntários para a realização destas  
453 comemorações, lamenta é que este processo não se tenha iniciado há um ano.  
454 Participou numa primeira reunião e está disponível para colaborar, só lamenta que o  
455 processo não se tenha iniciado há mais tempo. -----

456 -----O senhor Presidente da Câmara disse que entenderam não penalizar os  
457 municípios com a ida ao PAEL e a aposta nos quadros adequados vai traduzir-se no  
458 funcionamento adequado da autarquia. Se o senhor José Victor Silva estiver  
459 disponível para colaborar na ultrapassagem dos fundos disponíveis, também farão  
460 como a Nazaré que tem uma dívida enorme e difícil de ultrapassar. O senhor José  
461 Victor Silva ainda não conhece o programa das comemorações e já tem críticas. A  
462 situação do concelho arrasta-se há décadas, sendo necessário muito marcar passo  
463 mas também é preciso haver empreendedorismo. Relativamente às massas  
464 asfálticas disse que o investimento vai fazer com que tenhamos massas a metade  
465 do custo. O senhor José Pires comparou-nos com a Áustria, a Noruega e a Suécia  
466 mas somos Portugal, Oeste e Bombarral em que as estruturas funcionam com  
467 pessoas e este é o número que a lei tem permitido incluir em Câmaras Municipais  
468 de todas as forças políticas. Importa sermos todos mais solidários. -----

469 -----A senhora chefe da divisão financeira e administrativa disse que a dívida  
470 reduziu ligeiramente como era esperado. O PAEL além de todas as penalizações, o  
471 Municipio fez acordos de 2,5 milhões de euros que também não caem sob os  
472 fundos disponíveis. -----

**ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014**

473 -----**DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
474 **DO BOMBARRAL NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES OESTE NORTE:**  
475 Foram presentes as seguintes propostas: -----  
476 -----PROPOSTA A: “Os grupos municipais do PSD e do CDS propõe para  
477 representante da Assembleia Municipal do Bombarral no Conselho da Comunidade  
478 do ACES Oeste Norte a senhora D. Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus.” -----  
479 -----PROPOSTA B: “Lista do PS para a designação do representante da  
480 Assembleia Municipal de Bombarral no Conselho da Comunidade do ACES Oeste  
481 Norte: Ricardo Fernandes, José Victor Silva.” -----  
482 -----PROPOSTA C: “O grupo parlamentar da CDU propõe para membros do  
483 Conselho da Comunidade ACES a seguinte lista: Titular: José Henrique da Silva  
484 Santos; Suplente: Samuel Carvalho Gomes Monteiro da Silva.”-----  
485 -----Efetuada votação por escrutínio secreto verificou-se o seguinte  
486 resultado: proposta A 14 votos, proposta B 7 votos, proposta C 3 votos, votos em  
487 branco, 1. Ficou eleita como representante da Assembleia Municipal do Bombarral  
488 no Conselho da Comunidade do ACES Oeste Norte a senhora D. M.<sup>a</sup> Fernanda  
489 Faria Abreu Silva Mateus.-----  
490 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.  
491 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 1.ª REVISÃO**  
492 **ORÇAMENTAL ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014:** -----  
493 -----O senhor Presidente da Câmara disse que esta revisão consiste na  
494 segmentação de rubricas que já existiam num bolo único, como resultado da  
495 necessidade de inserir verbas para a contratação de pessoal e verbas para o  
496 funcionamento corrente.-----  
497 -----O senhor José Henrique Silva (CDU) disse que a posição da CDU não é  
498 acerca das rubricas sim contra o princípio. A CDU não pode de ser favorável porque  
499 o parecer financeiro é desfavorável, pelo que se questiona a necessidade e  
500 legalidade da contratação do novo chefe de divisão que não está nas verbas  
501 definidas e do técnico superior jurista quando já existe uma técnica no quadro e o  
502 novo chefe de divisão é da área jurídica. Lembrou que os decisores são  
503 responsáveis por estas questões.-----  
504 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) congratulou-se com a concessão de  
505 tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval. Solicitou informação sobre o ponto  
506 de situação da providência cautelar. Considerou que tendo este orçamento sido  
507 apresentado como realista correspondendo às necessidades do nosso concelho é  
508 com apreensão que vê esta revisão. Lembrou que consideraram nulo o  
509 procedimento que estavam a abrir para técnico superior jurista porque não estavam  
510 verbas no orçamento e agora estão a assumir isso com esta revisão. -----  
511 -----O senhor José Pires disse que a sua posição, que nada tem a ver com  
512 proximidade ideológica, é a mesma do senhor José Henrique Silva porque é  
513 defensor da disciplina orçamental. Quando há deficit não se recruta pessoas sem  
514 utilizar economias de escala que existem na Câmara Municipal. -----

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

515 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) perguntou quanto custa produzir  
516 massas asfálticas.-----

517 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que não foi cumprido o regimento  
518 relativamente à consulta sobre os tempos dos pontos pois a mesa da Assembleia  
519 não auscultou os líderes de bancada. -----

520 -----A senhora D. Fátima Viola (PS) efectuou a seguinte intervenção: “Os  
521 Membros do PS desta A.M. tomaram conhecimento que ontem, dia 26 de fevereiro,  
522 foi a discussão em reunião de Câmara, a Proposta para iniciar as conversações com  
523 os Sindicatos, com vista a aplicação da semana de trabalho de 35 horas semanais  
524 aos Trabalhadores da Câmara Municipal do Bombarral, todavia e apesar das  
525 públicas declarações do Senhor Presidente da Câmara, em como é favorável à  
526 aplicação da semana de trabalho de 35 horas, no momento da verdade, e fazendo  
527 uso do seu direito de voto, contradiz-se ou revelou-se, e votou contra a Proposta. Irá  
528 certamente, o senhor Presidente alegar, que a questão está em negociação na  
529 Oestecim, todavia outras Câmaras igualmente pertencentes à Oestecim estão  
530 aplicar as 35 horas semanais, pelo que a desculpa é apenas uma manobra para  
531 protelar a decisão. Decisão que o senhor Presidente, se tem a convicção de que é  
532 justo e se deseja realmente que seja reposta, a semana de 35 horas, conforme tem  
533 vindo a propagandear, teria de ter agido em conformidade, e ter feito uso do seu  
534 direito de voto para fazer aprovar a proposta! O PS que se bate pela melhoria das  
535 condições dos Cidadãos do Bombarral e pelos Trabalhadores da Câmara Municipal,  
536 lamenta profundamente que não tenha sido implementada uma proposta que viria  
537 contribuir para melhorar a qualidade de vida dos Trabalhadores, das suas Famílias e  
538 permitiria restabelecer alguma motivação, neste período particularmente penoso  
539 pela diminuição de rendimentos e falta perspectivas futuras que tem afectado  
540 particularmente os Trabalhadores Públicos!”-----

541 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que a questão da intervenção que o  
542 precedeu é pertinente mas deveria ter sido colocada no período antes da ordem do  
543 dia pois agora a Assembleia Municipal está a apreciar a 1.ª revisão orçamental às  
544 grandes opções do plano e orçamento de 2014 e não o horário de trabalho dos  
545 funcionários. É pena que as pessoas não leiam as coisas. Considerou que o senhor  
546 Presidente da Assembleia em exercício deve tomar atenção a estas coisas. -----

547 -----O senhor Presidente da Câmara considerou que se falou de coisas para  
548 além do que está em apreciação neste ponto da ordem do dia. Uma delas ansiava  
549 que fosse colocada para poder contrapor à maledicência que anda por aí.  
550 Relativamente á intervenção do senhor José Henrique Silva, disse que o mesmo  
551 teceu considerações que vão para além do que se pretende e do que é exigido  
552 nesta matéria. Sobre a providência cautelar disse que a ordem é avançar. Referiu  
553 que nesta revisão apenas está em causa o desdobramento de rubricas que estavam  
554 concentradas. Todos são defensores da disciplina orçamental mas um orçamento  
555 não é uma ciência exacta. Disse que o custo das massas asfáltica corresponde ao  
556 custo da emulsão, das britas e de todas as matérias necessárias ao produto final,  
557 pelo que neste caso o produto final pode sair a metade do preço. Relativamente á

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

558 intervenção da D. Fátima Viola, considerou que a mesma foi extemporânea. O  
559 Bombarral foi o primeiro município da OesteCIM a dizer que era pelas 35 horas e  
560 nunca saíram daí, pelo que não se deve vender na rua ou no Facebook que o  
561 Bombarral está contra as 35 horas. O Bombarral vai aplicar as 35 horas ao mesmo  
562 tempo que outros Municípios que dizem já o estar a fazer. Lourinhã, Caldas da  
563 Rainha, Peniche e outros vão aplicar as 35 horas para todos os trabalhadores. Está  
564 a estudar internamente a proposta para encetar conversações com os sindicatos e  
565 após isto levará a proposta a reunião de câmara para que a mesma seja  
566 implementada. Se vai haver um processo duro em alguns Municípios na negociação  
567 com alguns sindicatos, no nosso caso vamos ser dos mais céleres. Caldas da  
568 Rainha vai levar este assunto a reunião de Câmara de dia 10 de Março e nós vamos  
569 procurar ter o assunto tratado antes disso. Se algo aqui falhou foi a pressa, mas isso  
570 vai permitir um acordo que sirva os interesses dos trabalhadores mas que não  
571 destape o bom funcionamento do Município. Lamentou a intriga e a bufaria que paira  
572 em volta desta matéria e que parte de alguém que gosta de provocar estas  
573 situações, pois serve a alguns ter os funcionários de costas voltadas para o  
574 executivo. Considerando que a Câmara Municipal do Bombarral e os restantes  
575 municípios que integram a OesteCIM, decidiram proceder a uma negociação  
576 conjunta do ACEEP- Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública.  
577 Considerando que no passado dia 24 de Fevereiro a OesteCIM informou os  
578 Municípios que apenas se acordou a passagem às 35 horas semanais, sem contudo  
579 se ter conseguido uma proposta comum a todos. Está agora a Câmara Municipal do  
580 Bombarral a preparar a proposta definitiva para apresentar aos sindicatos com o  
581 objetivo de se assinar o necessário acordo. Assim, os eleitos da coligação PSD/CDS  
582 consideram esta proposta inoportuna e por isso não votaram a favor. Por uma  
583 questão de bom senso solicitámos a retirada da proposta pois a mesma remetia  
584 para algo que já estava em curso, nomeadamente as 35 horas que é ponto assente  
585 Não sendo retirada por extemporaneidade entendemos que a mesma não vinha  
586 favorecer um processo que está a correr e está praticamente resolvido da nossa  
587 parte. O que se diz por aí sobre os municípios do oeste estarem já com a decisão  
588 tomada e o problema resolvido não é verdadeira.-----  
589 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que o senhor Presidente da  
590 Câmara não deu resposta à questão que colocou sobre quantas alterações  
591 orçamentais houve. -----  
592 -----O senhor José Pires considerou que aquilo que acabou de ouvir é o que  
593 deve ser uma reunião de trabalho eficiente da Assembleia Municipal. Achou difícil  
594 compreender a discussão sobre as 35 horas e o senhor Presidente da Câmara fez  
595 uma intervenção de primeira categoria explicando o que aconteceu. É pena que os  
596 dois principais grupos partidários desta Assembleia Municipal não sejam capazes de  
597 dialogar sobre esta matéria. -----  
598 -----O senhor Presidente da Câmara disse que de facto houve duas ou três  
599 alterações que o executivo tem entendido necessárias para desenvolver o seu  
600 trabalho e, aqui e ali, reforçar os quadros.-----

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

601 -----Foi deliberado por maioria com 14 votos a favor (12 do PSD e 2 do CDS)  
602 e 11 votos contra (7 do PS, 3 da CDU e 1 do eleito independente) aprovar a 1.ª  
603 revisão orçamental às grandes opções do plano e orçamento de 2014.-----  
604 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.  
605 -----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** A CDU vota contra pois ao proceder-se à  
606 contratação de um técnico jurista quando já existe uma técnica no quadro de  
607 pessoal, não sendo do interesse do Município para além de poder incorrer em  
608 ilegalidade visto o parecer financeiro ser desfavorável.-----  
609 -----**PROLONGAMENTO DA REUNIÃO:** Pelas 00:00 horas foi deliberado por  
610 unanimidade prolongar a reunião por mais uma hora.-----  
611 -----**APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**  
612 **PARA A ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 1 POSTO DE**  
613 **TRABALHO – ASSISTENTE OPERACIONAL – MECÂNICO:** -----  
614 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o preenchimento deste posto  
615 de trabalho é uma necessidade premente. O que está em causa é a autorização  
616 para abertura do procedimento concursal, não se estando a pedir que se avance já  
617 com o mesmo.-----  
618 -----A senhora D. Helena Santos (PS) reconheceu que há sectores da Câmara  
619 Municipal que têm deficit de trabalhadores e é necessário o recrutamento. Esta  
620 proposta deixa-lhe um a pequena pergunta – há ou não fundos disponíveis? -----  
621 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que o que está em causa não é a  
622 necessidade do posto de trabalho, mas sim a responsabilidade da decisão. A  
623 proposta não vem acompanhada de informação financeira nem sobre os fundos  
624 disponíveis. Se não houver fundos disponíveis são responsáveis pela decisão. Se  
625 fosse para substituir um vereador a tempo inteiro pelo mecânico votava já a favor.--  
626 -----O senhor José Pires perguntou se há ou não fundos para subvencionar  
627 este funcionário. Se não há, então não há fundamentos para fazer o recrutamento.-  
628 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o que está em causa é que a  
629 Assembleia Municipal autorize o procedimento concursal. É proibido recrutar do  
630 exterior mas pode-se fazê-lo com autorização prévia da Assembleia Municipal.  
631 Nesta fase a proposta não tem de vir acompanhada da informação de fundos  
632 disponíveis porque não está em causa a autorização da despesa. É certo que a  
633 Assembleia Municipal vai votar mas ao contrários dos papões que se querem  
634 levantar, a Assembleia Municipal está apenas a ser solicitada para autorizar um  
635 procedimento aberto ao exterior.-----  
636 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse ter ficado assombrado com as  
637 palavras do senhor Presidente da Câmara, considerando que era o que faltava ser o  
638 senhor Presidente da Câmara a definir as questões que os membros da Assembleia  
639 Municipal deviam colocar. O senhor Presidente da Câmara tem que responder se há  
640 ou não fundos disponíveis. O que está em causa para o PS é saber se o  
641 recrutamento vai ou não accionar o aumento da despesa para o qual a Câmara  
642 Municipal não tem meios. Pergunta á senhora chefe da divisão financeira e  
643 administrativa se há fundos disponíveis para esta autorização.-----

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

644 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que gostava de saber tecnicamente  
645 se nesta fase é necessário saber se há ou não fundos disponíveis. -----

646 -----O senhor Presidente da Câmara disse que no entender dos juristas para  
647 que se abra concurso é necessário apenas provar a necessidade do recrutamento e  
648 demonstrar que os encargos estão previstos no orçamento e isso acontece. Com a  
649 aprovação da revisão orçamental passou a haver cabimento que é o que é preciso  
650 nesta fase. Não merece resposta uma situação que não vem ao caso e não tem que  
651 ser respondida nesta fase. -----

652 -----O senhor chefe de divisão do potencial humano e assuntos jurídicos disse  
653 que na essência a questão já foi explicitada. Na lei do Orçamento de Estado existem  
654 limites ao recrutamento mas em determinadas situações pode-se solicitar à  
655 Assembleia Municipal para contratar alguém sem vínculo. Para que a Assembleia  
656 Municipal autorize a Câmara Municipal a contratar quando entender conveniente é  
657 necessário haver determinadas condições que estão incluídas na proposta. Leu o  
658 teor da alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º onde não se fala nem em cabimento nem em  
659 fundos disponíveis. O recrutamento numa autarquia implica a intervenção da  
660 Câmara e da Assembleia Municipal e em cada fase há determinadas  
661 condicionantes. Nesta fase resulta da lei que não é preciso nem cabimento nem  
662 fundos disponíveis. -----

663 -----O senhor José Victor Silva (PS) agradeceu as palavras do senhor chefe  
664 de divisão que não põe em causa mas que não os leva ao ponto principal que é a  
665 informação solicitada pelos membros da Assembleia Municipal. A Assembleia  
666 Municipal não tem fundos disponíveis para reunir a comissão permanente e para  
667 agravar o senhor Presidente da Câmara, com a cumplicidade do senhor Presidente  
668 da Assembleia Municipal, não dá informações que os membros da Assembleia  
669 pedem. Isto é grave para o funcionamento da instituição. O PS não põe em causa a  
670 legitimidade ou competência técnica da elaboração da proposta, só querem saber  
671 se há ou não fundos disponíveis. Querem ter a certeza que a Câmara Municipal não  
672 vai ter um acréscimo de encargos. Pede ao senhor Presidente da Assembleia que  
673 obrigue o senhor Presidente da Câmara a responder à questão ou então que deixe  
674 a senhora chefe da divisão financeira e administrativa responder se há ou não  
675 fundos disponíveis. -----

676 -----O senhor José Pires disse que não é jurista mas sim gestor. Algo que  
677 começa a perceber neste processo é que se aprovou o ponto três para justificar o  
678 ponto 4, o que é uma habilidade jurídica. Se soubesse o link entre os dois pontos  
679 tinha falado de outra forma. O ordenado do mecânico até pode ser uma ninharia  
680 mas não se está a discutir o valor e sim o conceito. Na situação em que a Câmara  
681 Municipal está tem que se aplicar disciplina orçamental. -----

682 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) considerou que quando não  
683 há argumento tem que se arranjar um. Também há que haver disciplina do bom  
684 senso. Disse que estão todos a favor da contratação do mecânico. A questão em  
685 cima da mesa é que no ponto anterior foi votada a revisão orçamental e, passo  
686 seguinte, está em discussão a abertura do processo concursal não podendo andar



## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

687 todos na caça às bruxas. Têm que acreditar nas pessoas preparadas tecnicamente  
688 para responder. Confia no senhor Presidente da Câmara iro. Deve-se avançar no  
689 ponto e dizer claramente se querem ou não avançar com o processo concursal. Se  
690 alguém não estiver esclarecido pode pedir documentos à posteriori.-----

691 -----O senhor Luis Campos (PSD) considerou que o esclarecimento foi claro –  
692 nesta fase não é preciso vir à Assembleia Municipal se não aquilo que temos aqui.  
693 Pergunta se ninguém pensou se o ordenado do mecânico é ou não necessário e se  
694 se paga ou não. Politicamente os partidos querem ou não mais uma contratação.  
695 Como vêem que é para ter sucesso há que ir buscar a lei para complicar o que é  
696 simples, mas nem assim vão conseguir. Partidos como a CDU que são a favor da  
697 empregabilidade, quando há um técnico que diz que não é necessário mais nada,  
698 não percebe de que têm medo.-----

699 -----O senhor Presidente da Câmara considerou que depois de ouvir a  
700 intervenção do senhor José Victor Silva parece que estão perante uma nebulosa em  
701 que a Câmara Municipal vai deixar de funcionar com os encargos do mecânico.  
702 Pergunta se acham que a autarquia funcionará melhor com o recurso a oficinas  
703 privadas. Não lhe parece que a questão dos fundos disponíveis seja colocada nesta  
704 altura, mas sim na fase em que tal for obrigatório. Os fundos disponíveis deviam ser  
705 calculados há mais de 20 anos e assim não estaríamos com as dificuldades com  
706 que estamos. -----

707 -----Foi deliberado por maioria com 15 votos a favor (12 do PSD, 2 do CDS e  
708 1 do PS), 6 abstenções (6 do PS) e 4 votos contra (3 da CDU e 1 do eleito  
709 independente), aprovar a seguinte proposta da Câmara Municipal do Bombarral:  
710 “Face ao mapa de pessoal, verifica-se que se encontram em funções trabalhadores  
711 em número insuficiente para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação  
712 de serviço público legalmente estabelecidas, designadamente, um mecânico, pelo  
713 que se torna necessário proceder a novo recrutamento para colmatar a referida  
714 insuficiência. -----

715 -----O n.º 1 do artigo 64.º da LOE para 2014, “Controlo do recrutamento de  
716 trabalhadores nas autarquias locais” refere que as autarquias locais não podem  
717 proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de  
718 relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou  
719 determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido  
720 objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a  
721 candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo  
722 indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números  
723 seguintes.” -----

724 -----No entanto o n.º 2 do art. 64.º da LOE para 2014 determina que em  
725 situações excepcionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob  
726 proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura dos procedimentos  
727 concursais a que se refere o número um, fixando, caso a caso, o número máximo de  
728 trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

729 cumulativos; (alíneas b), d) e e) do n.º 2 do artigo 48.º e alíneas a) e b) do n.º 2 do  
730 artigo 64.º da LOE);-----

731 - Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores  
732 com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a  
733 pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de  
734 mobilidade (alínea b) do n.º 2 do artigo 48.º da LOE);-----

735 - Cumprimento, pontual e integralmente, dos deveres de informação previstos na Lei  
736 n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de  
737 dezembro (alínea b) do n.º 2 do artigo 48.º da LOE);-----

738 - Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas  
739 tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira  
740 (PAEF), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano  
741 anterior (alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º da LOE);-----

742 - Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das  
743 obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a  
744 carência de recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem  
745 como a evolução global dos recursos humanos da autarquia em causa (alínea a) do  
746 n.º 2 do artigo 64.º da LOE);-----

747 - Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão  
748 previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam (alínea b) do n.º 2 do artigo  
749 64.º da LOE).-----

750 -----Para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 48.º da LOE, esta  
751 impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por trabalhadores com relação  
752 jurídica de emprego público previamente constituída, será verificada por recurso a  
753 prévio procedimento concursal, cuja área de recrutamento será a de trabalhadores  
754 que possuam o referido tipo de relação jurídica. A verificação da eventual  
755 disponibilidade de trabalhadores na situação de mobilidade especial, depende da  
756 publicação de Portaria regulamentadora, a qual, no entanto, não se veio, ainda, a  
757 verificar. Não dispõem, igualmente, os serviços municipais de registo de qualquer  
758 pedido de mobilidade para o citado posto de trabalho.-----

759 -----Para efeitos da alínea d), n.º 2 do mesmo artigo da LOE, o Município tem  
760 cumprido, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º  
761 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; -

762 -----Para efeitos da alínea e), n.º 2 do artigo 48.º, da LOE, importa salientar  
763 que o n.º 1 do artigo 62.º refere que durante o ano de 2014, o município terá que  
764 reduzir, no mínimo em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de  
765 dezembro de 2013, sem prejuízo do disposto no n.º 7 e do cumprimento do disposto  
766 no artigo 55.º.-----

767 -----Sobre esta matéria, saliente-se o seguinte, no que se reporta a pessoal  
768 em funções na Câmara Municipal do Bombarral:-----

769 - A 31 de dezembro de 2010 – 231 (duzentos e trinta e um);-----

770 - A 31 de dezembro de 2011 – 212 (duzentos e doze);-----

771 - A 31 de dezembro de 2012 – 193 (cento noventa e três);-----

## ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014

772 - A 31 de dezembro de 2013 – 168 (cento e sessenta e oito);-----  
773 -----o acima exposto verifica-se que:-----  
774 a) Redução no ano de 2011 no valor de 8,2 €, em relação a 31/12/2010;-----  
775 b) Redução no ano de 2012 no valor de 8,97%, em relação a 31/12/2011;-----  
776 c) Redução no ano de 2013 no valor de 27,28%, em relação a 31/12/2012;-----  
777 d) Durante o ano de 2014, o Município prevê cumprir a redução consagrada na LOE,  
778 dado que até final de 2013 foram solicitadas à CGA 5 pedidos de aposentação,  
779 quando para cumprir o previsto no OE seria suficiente a redução de 3 trabalhadores.  
780 -----Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º da LOE, o recrutamento  
781 em causa é imprescindível para assegurar o cumprimento das obrigações de  
782 prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência de  
783 recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, já que não dispõe  
784 o Município presentemente de qualquer trabalhador naquela área e segundo  
785 informação dos respetivos serviços camarários, o provimento do correspondente  
786 posto de trabalho é relevante e imprescindível.-----  
787 -----Para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º da LOE cumpre informar  
788 que os encargos em causa estão previstos no orçamento dos serviços a que  
789 respeitam, e no mapa de pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 19/12/2013,  
790 e pela Assembleia Municipal em 10/01/2014, estando, contudo, dependentes da  
791 aprovação prévia da revisão orçamental, que os incluirá na rubrica destinada aos  
792 novos recrutamentos-----  
793 -----Face ao exposto:-----  
794 1 - A Câmara Municipal de Bombarral deliberou autorizar o recrutamento de  
795 trabalhador necessário à ocupação de posto de trabalho, criado e não ocupado,  
796 para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado,  
797 reconhecendo a excecionalidade deste recrutamento por se encontrarem verificados  
798 os requisitos cumulativos das alíneas b), d) e e) do n.º 2 do art. 48.º da LOE de  
799 2014, conjugados com as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-  
800 C/2013, de 31 de dezembro (LOE), conforme considerandos supra, para posto de  
801 trabalho assim discriminado:-----  
802 - Divisão de Obras e Planeamento, Ambiente e Água - SAS - (1 posto de trabalho –  
803 Assistente Operacional – Mecânico).-----  
804 2 - A Câmara Municipal de Bombarral deliberou, também, em linha com o princípio  
805 da eficiência e economia que deve nortear a actividade municipal, e para os efeitos  
806 previstos no n.º 6 do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), na  
807 atual redação, conjugado com o disposto no artigo 64.º, nº 2 da Lei n.º 83-C/2013,  
808 de 31 de dezembro (LOE), que, em caso de impossibilidade de ocupação do posto  
809 de trabalho por recurso a trabalhadores detentores da relação jurídica de emprego  
810 público por tempo indeterminado previamente estabelecida, se proceda ao  
811 recrutamento de trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo  
812 determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público  
813 previamente estabelecida.-----

**ATA N.º 02/2014 – Reunião de 27 de Fevereiro de 2014**

814 3 - A Câmara Municipal de Bombarral deliberou, finalmente, nos termos e para os  
815 efeitos do disposto no citado n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de  
816 dezembro (LOE), remeter o procedimento à Assembleia Municipal para a  
817 competente autorização de abertura do procedimento concursal, nos termos e  
818 condições constantes da presente proposta.”-----

819 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

820 -----DECLARAÇÃO DE VOTO: O grupo parlamentar da CDU não põe em  
821 causa o posto de trabalho e a sua necessidade, mas sim a responsabilidade do  
822 acto. Agravando a situação, esta apreciação não vem munida de parecer técnico de  
823 forma a serem votados em consciência e na posse de toda a informação.” -----

824

825 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:35 horas foi a sessão encerrada e  
826 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
827 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

828

829 O Presidente:

830

831 O 1.º Secretário:

832

833 O 2.º Secretário:

834